

DESIGUALDADE DE RENDA PARANAENSE PRÉ E PÓS-PANDEMIA DO COVID-19

Enrico Gonçalves Condado¹

Guilherme Chaves Ruhmke²

Luís Eduardo Johnson Gaudencio³

Matheus Eduardo Glok dos Santos⁴

Guilherme Marques Moura⁵

RESUMO

O presente estudo analisa a desigualdade de renda entre o Paraná e o Brasil, no decorrer da pandemia do Covid-19, observando os grupos de renda mais alta e baixa. Este estudo tem como objetivo realizar uma comparação entre a evolução da desigualdade no estado do Paraná e do Brasil. Mais especificamente, analisar os efeitos de características individuais na desigualdade, como raça, gênero, idade e escolaridade. Dessa forma, busca-se fornecer uma visão mais ampla e aprofundada sobre a desigualdade, permitindo uma compreensão mais abrangente dos fatores que influenciam essa questão em níveis individual e coletivo. Buscando atingir esse objetivo, serão utilizados os métodos científicos histórico e comparativo. Como resultado, observa-se que os dados apontam para uma redução na desigualdade social, com uma maior depreciação na renda dos indivíduos de maior renda frente aos de menor renda. Apesar da redução da desigualdade, a sociedade brasileira e paranaense como um todo ficaram mais pobres, observando-se uma redução geral nos níveis de renda após a pandemia.

Palavras-chave: Desigualdade. Escolaridade. Renda.

¹ Aluno do Curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário. *E-mail*: enrico.condado@mail.fae.edu

² Aluno do Curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário. *E-mail*: guilherme.ruhmke@mail.fae.edu

³ Aluno do Curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário. *E-mail*: luis.gaudencio@mail.fae.edu

⁴ Aluno do Curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário. *E-mail*: matheus.glok@mail.fae.edu

⁵ Orientador da pesquisa. Professor do curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário. Doutor em Desenvolvimento Econômico. *E-mail*: guilherme.moura@fae.edu

INTRODUÇÃO

As consequências da desigualdade de renda são sensíveis a todos, tratando-se, portanto, de um tema de profundo interesse público. Muitos impactos da pandemia COVID-19 foram sentidos quase que instantaneamente, enquanto outros ainda carecem de entendimento e reflexão. Em um contexto no qual milhões de pessoas e pequenos negócios viram suas rendas caírem drasticamente, senão por completo, outros setores apresentaram ganhos ainda maiores, levantando o questionamento sobre a sistemática que permitiu tais eventos, formando-se a percepção de que a desigualdade cresceu em todo o mundo.

Na academia, pesquisadores de diversas áreas se debruçam sobre o tema buscando compreender melhor as origens e as consequências da desigualdade social. Um dos mais prolíficos autores dos últimos anos, o economista francês Thomas Piketty (2014) afirma que desde o final do século XX o mundo testemunha uma reversão da tendência de redução da desigualdade, que vinha caindo desde a década de 1930. Para o início do século XXI, portanto, a expectativa é, uma vez mais, observar-se um cenário de aprofundamento da desigualdade de renda, decorrente do aumento das taxas de remuneração do capital em relação às taxas de crescimento e produtividade (PIKETTY, 2014).

Para comparar o contexto pré e pós-Pandemia, é preciso analisar os aspectos macroeconômicos globais e as políticas econômicas adotadas. Os impactos causados na economia internacional e brasileira foram sentidos principalmente nas micro e pequenas empresas brasileiras, que representam 99% do setor empresarial e 52% dos trabalhadores formais do setor privado (SEBRAE, 2020), sendo os principais afetados pela desaceleração econômica. Para Silva e Silva (2020), esses são os possíveis fatores disruptivos que desencadearam um aumento considerável da desigualdade de renda no Brasil.

O objetivo, dessa forma, será o de analisar o efeito da Pandemia do COVID-19 na renda de dois grupos de trabalhadores: paranaenses e brasileiros. Mais especificamente, examinar os impactos para os decis de mais alta e de mais baixa renda, buscando comparar como foi o comportamento da evolução de renda desses grupos. Para tal, utilizou-se de uma abordagem exploratória a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os anos de 2019 e 2022, recuperando o cenário prévio, durante e após a Pandemia, e analisando, à luz da teoria econômica, as possíveis razões para explicar o que será observado.

Como objetivos específicos destacam-se os seguintes: primeiro, realizar comparação da evolução da desigualdade no estado do Paraná em relação ao restante do Brasil. Essa análise comparativa é essencial para compreender as particularidades locais e as tendências que podem divergir ou convergir com o panorama nacional; o segundo, concentra-se na análise dos efeitos das características individuais na configuração da desigualdade, destacando como gênero e nível de escolaridade exercem influências significativas nesse cenário, buscando compreender como essas variáveis interagem e contribuem para a disparidade de oportunidades e acesso a recursos é crucial para promover políticas públicas mais eficazes e inclusivas; por fim, o terceiro é o de analisar a evolução da desigualdade ao longo do tempo. Essa abordagem histórica é vital para entender as raízes e os desdobramentos da desigualdade, proporcionando uma visão mais completa e embasada para a formulação de estratégias de intervenção e transformação social.

Sendo um tema de interesse coletivo e que ganhou notoriedade nos últimos anos, a pesquisa pode contribuir de forma positiva para a literatura científica, especialmente na área de Ciências Econômicas, e também ser ponte de estudo para outras áreas do conhecimento, pois, ao abordar a Pandemia do COVID-19, torna-se possível realizar inúmeros paralelos com a área de saúde, por exemplo, cruzando os entendimentos obtidos dentro de cada segmento e extraíndo, assim, uma compreensão multidisciplinar dos eventos.

Um estudo com um recorte mais regionalizado, focando nas estruturas da sociedade paranaense, pode contribuir para identificar problemas enfrentados por milhões de pessoas em seus cotidianos e ser aperfeiçoado para servir como embasamento para projetos de políticas públicas, visando avaliar os impactos sentidos e buscar soluções futuras.

Como hipótese inicial do trabalho, acredita-se que a Pandemia do Covid-19 tenha sido um importante evento que ressaltou as desigualdades de renda, especialmente entre os grupos de mais alta e mais baixa renda, portanto, espera-se que os dados apontem essa divergência na renda dos cidadãos paranaenses.

O presente trabalho é dividido em Revisão da Literatura (particionado em outras duas partes: uma sobre cenário da desigualdade no mundo e outra no Brasil e no Paraná), Procedimentos Metodológicos, destacando os métodos de análise e os dados coletados, Desenvolvimento - trazendo as discussões para o contexto da Pandemia com a análise dos dados entre os anos de 2019 e 2022 -, Considerações Finais e Referências.

1 REVISÃO DA LITERATURA

A multiplicidade de perspectivas possíveis dentro das Ciências Econômicas faz com que cada tema possa ser abordado de inúmeras maneiras diferentes, trazendo distintas interpretações que auxiliam no avanço das pesquisas científicas. O tema da desigualdade dentro da economia, neste sentido, é um rico exemplo, uma vez que foi se transformando e avançando na medida em que a própria Ciência Econômica também se aperfeiçoava dentro e fora dos centros de pesquisa acadêmicos.

A desigualdade, quando estudada no campo das Ciências Econômicas, assume uma dualidade fundamental. Por um lado, pode ser abordada objetivamente por meio de dados estatísticos e modelos matemáticos, mas, ao mesmo tempo, também é analisada de uma perspectiva social e política, uma vez que desempenha um papel central em debates públicos. Essa dualidade na abordagem da desigualdade evoluiu ao longo do tempo, com os estudos econômicos passando de uma visão mais filosófica no século XIX para uma análise baseada em dados no século XX.

Atualmente, os debates sobre desigualdade incorporam ambas as perspectivas, com o uso de extensos conjuntos de dados e a formulação de políticas públicas que buscam equilibrar as necessidades sociais e os interesses individuais na distribuição de recursos econômicos. De acordo com Carvalho e Souza (2021), a desigualdade desempenha um papel fundamental na economia, pois está intrinsecamente ligada à coordenação produtiva e à busca por equilíbrio entre as necessidades sociais e as aspirações individuais em uma sociedade.

Trilhando um caminho similar, Piketty (2021) destaca que todas as sociedades humanas buscam, de alguma forma, justificar as suas desigualdades a fim de garantir a perpetuidade do tecido social, criando para isso regras econômicas, tributárias e jurídicas que estruturam e legitimam algum grau de desigualdade. Mesmo que todos os sistemas sociais possuam contradições inerentes à si mesmos, o autor destaca que a crescente desigualdade socioeconômica observada da década de 1980 em diante está cada vez mais difícil de ser justificada em nome de um interesse geral e do discurso da meritocracia (PIKETTY, 2021).

Os trabalhos econômicos sobre a desigualdade desenvolvidos no decorrer do século XX seguem similarmente essa lógica apresentada por Piketty (2021), com economistas das mais diversas escolas da produção dentro das sociedades. Se antes os economistas buscavam determinar os impactos da distribuição a partir dos fatores de produção, como David Ricardo, por exemplo, hoje as pesquisas se debruçam sobre o entendimento da distribuição por faixas de renda, objetivando responder três questões

essenciais: 1) “quem” ganha o “quê”; 2) “por que” este “quem” ganha; 3) quais os efeitos da distribuição (CARVALHO; SOUZA, 2021).

Os estudos econômicos sobre a desigualdade têm evoluído ao longo do tempo, sendo influenciados pelo contexto em que cada autor estava inserido. Após a Segunda Guerra Mundial, houve uma diminuição do interesse na pesquisa sobre desigualdade devido à redução das disparidades econômicas, mas a partir do início dos anos 1980, mudanças nas políticas econômicas resultaram em um rápido aumento da desigualdade, renovando o interesse dos pesquisadores pelo tema (MATTOS, 2021; CARVALHO; SOUZA, 2021).

Segundo Batista e Mollo (2021), os economistas atualmente reconhecem as limitações dos métodos de construção de índices de desigualdade, o que levou a um importante debate conceitual sobre o assunto. Eles argumentam que modelos que se baseiam em poucas variáveis, como renda ou consumo, são insuficientes para compreender plenamente a desigualdade, uma vez que não consideram a satisfação individual ou o bem-estar. Há um consenso crescente na academia de que é necessário incorporar uma variedade de variáveis para avaliar adequadamente o padrão de vida das pessoas. Além disso, economistas, incluindo Mattos (2021) e Carvalho e Souza (2021), ampliaram sua pesquisa sobre desigualdade para incluir aspectos sociais, culturais e políticos, visando não apenas entender os níveis de disparidade na distribuição de renda e riqueza, mas também compreender a pobreza, suas causas e impactos na economia, relacionando esses resultados às políticas econômicas adotadas.

1.1 CENÁRIO DA DESIGUALDADE NO MUNDO

No contexto da desigualdade, é vital abordar a interligação entre produtividade e natalidade, que estão intimamente ligadas às revoluções industriais desde o século XVIII, com a Grã-Bretanha liderando essa transformação. Antes desse período, o crescimento da produção global era praticamente nulo, com um aumento da população sendo a principal causa de crescimento econômico. No entanto, a partir de 1700, a produção mundial começou a acelerar tanto em termos gerais quanto per capita, com um crescimento médio de 3% ao ano entre 1913 e 2012. Enquanto a população global também cresceu, a disparidade na distribuição do crescimento econômico se tornou evidente, gerando uma crescente desigualdade, apesar do notável progresso econômico.

Mais especificamente, a variação do produto e da população mundial pode ser observado na TAB. 1.

TABELA 1 — Taxa média de crescimento anual de população e produção

O CRESCIMENTO MUNDIAL DESDE A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL (TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIA)			
PERÍODO	PRODUÇÃO MUNDIAL	POPULAÇÃO MUNDIAL	PRODUÇÃO POR HABITANTE
0-1700	0,1%	0,1%	0,0%
1700-2012	1,6%	0,8%	0,8%
1700-1820	0,5%	0,4%	0,1%
1820-1913	1,5%	0,6%	0,9%
1913-2012	3,0%	1,4%	1,6%

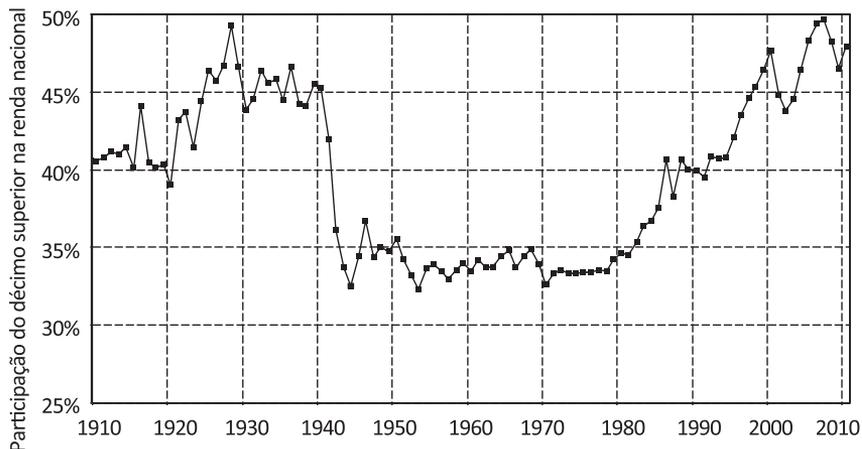
FONTE: Piketty (2014, p. 12)

Em meio a esse cenário de crescimento econômico impressionante, a desigualdade floresceu, destacando a importância de analisar como esse desenvolvimento foi distribuído na sociedade. O uso da média como medida de comparação oculta as diferenças substanciais nos resultados econômicos para diferentes segmentos da sociedade, criando uma falsa impressão de homogeneidade. Paradoxalmente, enquanto a economia global prosperava, a desigualdade também crescia, ilustrando a complexidade do desenvolvimento econômico e suas implicações sociais.

Em linhas gerais, o que a história econômica do século XX mostra, é que níveis excepcionais de riqueza foram criados, mas sem o mesmo processo para distribuí-la. Tomando o exemplo dos Estados Unidos ao longo do século XX, Piketty (2014) observa que a distribuição de renda apresentou um comportamento intrigante. A partir do gráfico, o economista francês demonstra a participação dos 10% mais ricos na renda nacional estadunidense, ou seja, quantos por cento desses indivíduos detém de renda frente aos outros 90% da população. A série temporal de 1910 e até 1940 mostra uma tendência de crescimento, o que representa um aumento na desigualdade, já que o decil mais rico da população chega a concentrar entre 40 e 50% de toda renda no país.

A partir de 1940, por outro lado, ocorreu uma ligeira queda, reduzindo a participação dos mais ricos de cerca de 45% para pouco mais de 30%, seguido de um longo período de estabilidade próximo aos 35%. Somente a partir de 1980 é que se observa uma reversão na tendência de estabilidade e uma retomada do crescimento da desigualdade, que chega, já nos primeiros anos do século XXI em níveis históricos tão altos quanto nos anos iniciais do século XX. Os 10% mais ricos, dessa forma, voltam a representar cerca de 50% da renda nacional. Em detalhes, o comportamento da desigualdade está disposto no GRÁF. 1.

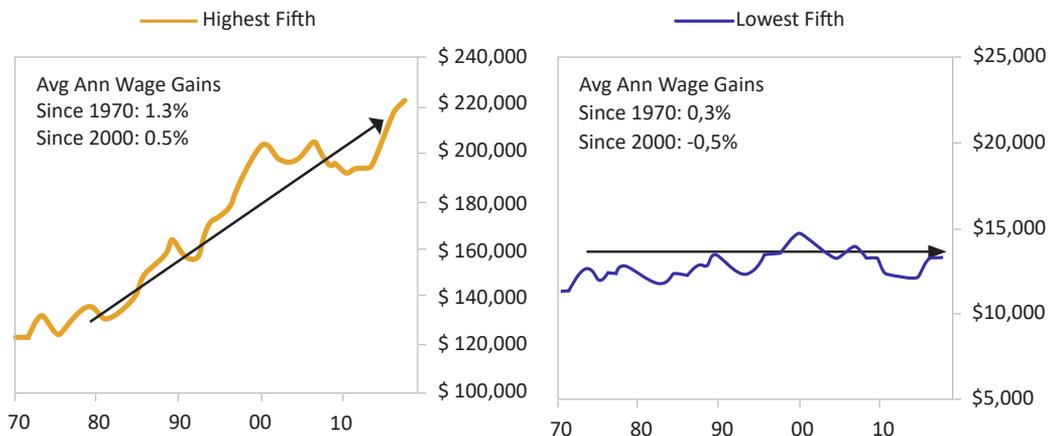
GRÁFICO 1 — Desigualdade de renda nos Estados Unidos, 1910-2010



FONTE: Piketty (2014, p. 24)

A história econômica desempenha um papel crucial ao preencher as lacunas deixadas pelos gráficos na análise da desigualdade de renda. Não se pode simplificar erroneamente a atribuição desse cenário exclusivamente a escolhas políticas, pois eventos exógenos à economia, como a Grande Depressão de 1929 e as Guerras Mundiais de 1914-18 e 1939-45, também desempenharam papéis significativos nas flutuações na concentração de renda. Assim, não se deve desconsiderar as influências desses eventos não controláveis apenas pelas políticas econômicas. Além disso, o investidor e filantropo Dalio (2019) destaca problemas semelhantes aos abordados por Piketty, mostrando que diferentes setores da sociedade estão se preocupando com o aumento da desigualdade nas últimas décadas, com dados que evidenciam o crescimento da disparidade de renda entre os quintis mais ricos e mais pobres nos Estados Unidos, refletindo um aumento maior no primeiro quintil em comparação ao último, especialmente desde 2005.

GRÁFICO 2 — Disparidade de renda entre os quintis mais ricos e mais pobres nos Estados Unidos

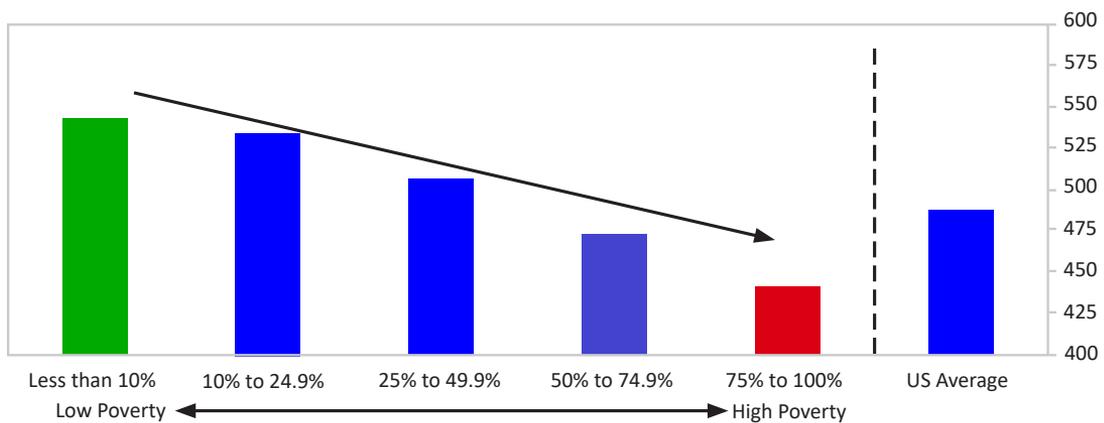


FONTE: Dalio (2019, p. 18)

Tanto Dalio (2019) como Piketty (2014) destacam a importância da educação como o principal fator de convergência na questão da renda e desigualdade, alegando que o acesso à educação capacita os indivíduos a melhorar suas habilidades e, assim, aumentar suas rendas. No entanto, nos Estados Unidos, Dalio (2019) observa uma tendência oposta, com a queda das notas dos estudantes americanos no PISA nos últimos anos, e o país classificado abaixo de muitas nações desenvolvidas, apesar de seus altos gastos em educação. Ele também destaca a forte correlação entre o status social dos alunos que fazem o PISA e seu desempenho, onde aqueles com melhores condições sociais superam significativamente os menos favorecidos, o que amplia as disparidades de renda e lança uma sombra sombria sobre o futuro.

GRÁFICO 3 — Relação entre o nível de renda dos alunos com a nota programa internacional de avaliação de alunos nos Estados Unidos

US PISA Test Scores by % of Students Eligible for Free/Reduced-Price Lunch



FONTE: Dalio (2019, p. 19)

1.2 CENÁRIO DA DESIGUALDADE NO BRASIL E NO PARANÁ

Dessa forma, visando conceber novas perspectivas para futuras análises, Batista e Mollo (2021) propõem o uso de indicadores multidimensionais que consideram diversas dimensões, como econômica, de bens de consumo, seguridade social, saúde e educação, para uma análise mais abrangente da desigualdade. Enquanto Araujo e Vasconcelos (2017) e Cunha e Vasconcelos (2012) se concentram na desigualdade salarial no Brasil, destacando a importância da escolaridade na redução das disparidades salariais. Araújo e Vasconcelos afirmam que a escolaridade representa cerca de 30% da desigualdade, sugerindo que o acesso a uma educação mais ampla contribuiu significativamente para a redução da desigualdade entre 2001 e 2012. Cunha e Vasconcelos apontam que o Brasil

tem uma das distribuições de renda mais desiguais do mundo e explicam a desigualdade salarial com base em teorias que vão desde o capital humano até a segmentação do mercado de trabalho, que cria barreiras à mobilidade dos trabalhadores e perpetua a desigualdade salarial no país.

Através de um modelo econométrico de análise dos dados da PNAD para os cálculos dos índices de Gini e Theil, os autores observam que, embora a desigualdade de renda tenha diminuído em alguns anos (com algumas exceções), ela ainda é consideravelmente alta em comparação com outros países. A redução da desigualdade salarial no Brasil, destacada por Cunha e Vasconcelos (2012) e Araujo e Vasconcelos (2017), foi impulsionada principalmente pela melhoria da renda dos trabalhadores com menor escolaridade, sugerindo que políticas de redistribuição de renda podem desempenhar um papel importante na redução da desigualdade, embora a escolaridade e o tipo de ocupação do trabalhador ainda sejam as variáveis mais influentes na desigualdade salarial. Hoffmann (2020) utilizou vários índices para analisar a distribuição de renda no Brasil de 1995 a 2013 e constatou uma melhoria geral, com uma queda acentuada de 1995 a 2001, seguida por uma estabilização e uma pequena reversão da tendência a partir de 2001. No entanto, a polarização da renda aumentou em algumas regiões do país, afetando principalmente a população do Norte e do Nordeste, moradores de áreas rurais, mulheres e pessoas de cor parda/indígena, como destacado por Matos et al. (2022).

Em 2020, cerca de 60,4% dos municípios no Brasil eram classificados como rurais, e os trabalhadores nessas áreas rurais tinham rendas mais baixas em comparação com os trabalhadores urbanos. Além disso, a desigualdade de renda nas áreas rurais brasileiras é agravada por diferenças salariais de gênero, com os homens ganhando mais que as mulheres, embora essa diferença esteja diminuindo ao longo do tempo devido à melhoria da escolaridade das mulheres, o que aumenta sua capacidade produtiva e reduz as disparidades salariais. A comparação salarial entre pessoas brancas e não brancas também revela que as últimas têm menor escolaridade, resultando em um déficit significativo em termos de habilidades produtivas necessárias para o mercado de trabalho.

Segundo Ribeiro e Almeida (2012), existe a hipótese de convergência de renda entre as regiões do Brasil com base nos dados do censo demográfico de 2010. Utilizando a análise de convergência beta e sigma, eles observaram uma tendência de convergência de renda entre os municípios brasileiros no período de 2000 a 2010. No entanto, essa tendência foi influenciada por fatores regionais, e a desigualdade de renda permaneceu elevada em algumas áreas do país, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Essa persistência da desigualdade é atribuída a desigualdades históricas, falta de serviços básicos e baixa escolaridade nessas regiões.

Em relação ao estudo sobre a distribuição funcional da renda na economia brasileira, Miebach e Marquetti (2022) adotaram a metodologia proposta por Nicholas Kaldor para avaliar a participação de cada fator de produção na renda gerada. Os resultados indicaram que houve uma mudança na distribuição funcional da renda ao longo do tempo, com aumento na parcela dos salários, queda na parcela dos rendimentos mistos e estabilidade na parcela salarial e nos lucros. O estudo ainda contempla uma revisão dos trabalhos anteriores sobre a distribuição funcional da renda no Brasil, apresenta os resultados obtidos e analisa os fatores que podem ter influenciado essa distribuição ao longo do tempo. Por fim, são sugeridos possíveis caminhos para pesquisas futuras sobre o tema.

No que tange ao estudo sobre a relação entre corrupção e pobreza nos municípios brasileiros, Ribeiro e Gomes (2022) utilizaram um modelo de dados em painel para avaliar o impacto da corrupção na pobreza dos municípios brasileiros entre 2005 e 2016, com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) como indicador de pobreza e o número de processos investigados e julgados pela Controladoria-Geral da União (CGU) como indicador de corrupção. O artigo apresenta uma revisão da literatura sobre a corrupção, descreve a construção do índice de corrupção e das demais variáveis utilizadas na pesquisa, apresenta os resultados e analisa o impacto da corrupção na pobreza dos municípios brasileiros. Os resultados mostram que quanto maior a ocorrência de práticas corruptas nos municípios, menores são as chances de uma elevação no IFDM e, por consequência, de diminuição dos níveis de pobreza. As considerações finais destacam a importância de medidas rígidas de controle à corrupção para evitar o desperdício de recursos públicos e contribuir para a redução da pobreza nos municípios brasileiros.

Com o intuito de trazer para o contexto regional do estado do Paraná, Cunha e Vasconcelos (2020), analisaram a desigualdade educacional no estado do Paraná e sua influência nas disparidades de renda. Embora menos acentuada do que em algumas regiões, a desigualdade educacional continua sendo o fator predominante na explicação das desigualdades de renda no Paraná. A relativa pobreza aumentou em lares liderados por mulheres e pessoas não brancas, bem como em domicílios na Região Metropolitana de Curitiba e áreas urbanas. Apesar de melhorias nos indicadores de distribuição de renda na primeira década do século XXI, a crise econômica e política no final desse período resultou em aumentos na desigualdade e na pobreza em 2015. O Paraná ainda enfrenta desigualdades substanciais, com um índice de Gini de 0,473 em 2015, destacando a necessidade de avanços significativos nas esferas econômica e social para se igualar a sociedades de países de renda média. Esses fatores também são apresentados por Renzi et al. (2022), onde cidadãos com maior nível de escolaridade

acabam possuindo maior renda, em comparação com os demais, apesar das diferenças salariais vindas das regiões demográficas de onde o cidadão habita, na qual também influencia no nível de renda.

A educação desempenhou um papel fundamental na explicação da desigualdade de renda, sendo o nível de escolaridade do chefe de domicílio o fator mais influente ao longo do período analisado. Portanto, os estudos ressaltam a necessidade de políticas públicas mais específicas e direcionadas para esses grupos vulneráveis dentro da população paranaense.

Destaca-se, a partir das bibliografias abordadas, a relevância da educação como principal determinante da desigualdade de renda. Ademais, os autores apontam que políticas públicas são meios essenciais para reduzir a desigualdade, especialmente entre estratos sociais mais baixos. No contexto paranaense, assim como no Brasil, a desigualdade educacional é indicada como fator preponderante da disparidade de renda, e ressalta-se a necessidade de políticas direcionadas para grupos vulneráveis na população paranaense.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 METODOLOGIAS

Sendo uma pesquisa que visa descrever os reflexos e resultados da desigualdade social no cenário da Pandemia do COVID-19, faz-se necessário o uso conjunto de dois métodos científicos: histórico e o comparativo. A partir do método histórico será feita uma investigação do contexto, especialmente pré-pandemia, buscando compreender a estruturação da desigualdade social e seus impactos na economia (LAKATOS; MARCONI, 2017). Para tanto, serão consultados trabalhos acadêmicos da área e relatórios desenvolvidos por instituições nacionais e internacionais.

A segunda abordagem metodológica utilizada neste estudo é de natureza quantitativa e exploratória, empregando um procedimento comparativo a partir de dados secundários. Esta abordagem busca confrontar e contrastar informações provenientes de fontes diversas, com o intuito de realizar uma análise comparativa entre os observados. Adicionalmente, o presente estudo faz uso de dados secundários previamente compilados por pesquisadores anteriores.

Dadas as características exploratórias, a pesquisa busca aprofundar a compreensão do tema em análise, em especial no recorte geográfico paranaense, fornecendo, dessa forma, subsídios para futuras investigações mais aprofundadas. Este enfoque não apenas permite uma visão mais ampla do fenômeno estudado, mas também contribui significativamente para o corpo de conhecimento existente sobre o assunto, ampliando as possibilidades de aplicações práticas e potenciais avanços na área. Portanto, o estudo não apenas se propõe a analisar os dados disponíveis, mas também colaborar com os avanços no entendimento do tema dentro das Ciências Econômicas, sendo mais um passo neste campo da pesquisa.

2.2 DADOS COLETADOS

Os utilizados nesta pesquisa foram da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2023), que são coletados e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023). No processo de seleção dos anos da amostra, optou-se por 2019 para analisar a renda das pessoas antes da Pandemia do COVID-19 e de 2022, por ser o ano de reabertura da economia.

Os foram tratados, visando trazer informações mais uniformes e menos discrepantes para a análise. As principais limpezas realizadas foram a exclusão dos rendimentos declarados como zero, uma vez que o intuito é comparar a renda dos indivíduos, não sendo interessante para o comparativo desta pesquisa pessoas sem renda recorrente, e também foram excluídos as jornadas de trabalho declaradas como superiores a 99 (noventa e nove) horas de trabalho semanais, pois, no escopo do trabalho, acredita-se ser um erro amostral. Dessa forma, foram excluídos, respectivamente, 22.107 e 675 observações.

Tratando-se de uma amostra complexa, a PNAD Contínua possui um peso amostral que representa um conjunto maior de indivíduos do que a quantidade de observações registradas nas pesquisas. Por exemplo, nos dados de 2019, foram observados 213.350 indivíduos que representam 87.251.513.

Para realizar uma análise concisa, buscou-se colocar os dados em base comum a partir de dois procedimentos: primeiro, os valores coletados em 2019 foram inflacionados para valores de janeiro de 2022, a partir do Índice de Preços ao Consumidor Amplos, no fator de 1,20634180; segundo, todos os salários foram trazidos para a razão de salário/hora, sendo os rendimentos mensais divididos por 44 (quarenta e quatro) horas e depois por 4,5 (quatro e meio) semanas. A partir desses dois procedimentos, os dados foram trazidos à bases comuns, tanto para o Brasil quanto para o Paraná.

3 DESENVOLVIMENTO: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Segundo Lopes e Abbade (2020), de abril a julho de 2020, as medidas de isolamento social e restrições de circulação impostas pelos governos locais para conter a propagação do vírus, tiveram um impacto direto no emprego e na renda das pessoas. Os trabalhadores informais foram os primeiros a serem afetados pela crise, enquanto os trabalhadores formais conseguiram manter seus empregos por mais tempo devido aos custos de demissão e contratação para as empresas. No entanto, as micro e pequenas empresas foram as mais prejudicadas, pois enfrentaram dificuldades na gestão de caixa.

Sposati (2020) afirma em seu artigo que a implementação das medidas de isolamento se revelou não ser universalmente aplicável à população das cidades brasileiras. Nem todos os habitantes tinham um teto sobre suas cabeças, nem todos tinham uma casa, nem todos tinham cômodos suficientes para que seus moradores pudessem manter o distanciamento social e nem todos tinham acesso a água ou saneamento. Trabalhar em casa não era uma opção para aqueles sem acesso à internet comercial ou equipamentos de digitação. Além disso, o conceito de trabalhar em casa colidia com a realidade da grande população não proprietária, empregada informalmente, que prestava serviços em domicílios, nas ruas e em áreas aglomeradas.

Podemos observar no segundo trimestre de 2020, segundo o IBGE (2020), que a degradação no mercado de trabalho brasileiro atingiu seu ápice nos últimos anos. Segundo a autora Bridi (2020), as ações tomadas antes da pandemia, como aprovação da reforma trabalhista, resultaram em um aumento expressivo na informalidade, o que resulta em uma desproteção desses trabalhadores, que antes eram CLT. A autora também elenca que os impactos da pandemia quanto ao nível de ocupação foram mais de duas vezes maior para os trabalhadores informais devido a sua maior vulnerabilidade, segundo dados da PNAD, os trabalhadores por conta receberam efetivamente apenas 60% dos seus rendimentos habituais, enquanto os trabalhadores de carteira assinada receberam em média 92% dos seus rendimentos habituais (BRIDI, 2020).

Também podemos analisar em seu artigo as desigualdades entres as regiões do país, onde o Norte teve 60% do total de domicílios que receberam o auxílio oferecido pelo governo federal, já a região Sul teve apenas 30%, além das diferenças de valores, em que o auxílio para a região Norte teve em média R\$150,00 acima do que para a região Sul. O que mostra claramente que as regiões mais pobres do país estavam mais vulneráveis e foram mais atingidas pela pandemia causada pelo coronavírus.

Lima et al. (2021) trazem em seu artigo a desigualdade no mercado de trabalho na pandemia, sobre a prática de gênero e raça. Segundo eles, durante o quarto trimestre de 2020, a reabertura do comércio e a diminuição do número de infecções por COVID-19

contribuíram para uma variação percentual positiva no total de empregos, semelhante a 2019. Isso foi especialmente verdadeiro para as mulheres, cuja variação percentual foi 2 pontos percentuais maior do que a dos homens durante o mesmo período. Isso sugere que as mulheres são mais sensíveis às mudanças nos níveis de emprego do que os homens e são mais propensas a serem afetadas pelos ciclos econômicos, sejam eles positivos ou negativos.

Ao olhar para gênero e raça, observa-se que entre as mulheres, as mulheres negras experimentaram maiores mudanças negativas nos níveis de emprego do que as mulheres brancas durante os dois primeiros trimestres de 2020. Essas mudanças não foram compensadas no quarto trimestre de 2020, pois durante esse período, as mulheres brancas tiveram maiores mudanças positivas nos níveis de emprego do que as mulheres negras. Isso significa que as mulheres negras eram mais propensas a sentir os impactos negativos da crise do que as mulheres brancas, com o efeito positivo de recuperação sendo mais favorável para as mulheres brancas.

Tendo em vista o artigo escrito por Cortese et al. (2022), foi abordado a importância de lembrar que, mesmo em tempos normais, as mulheres enfrentam inúmeros mecanismos discriminatórios presentes nos processos sociais. Isso inclui diferenças salariais entre homens e mulheres, violência de gênero, falta de visibilidade para mulheres negras e suas lutas, baixa representatividade em espaços de negociação de políticas públicas e exposição ao risco para mulheres encarceradas e suas famílias. Esses mecanismos discriminatórios são ainda mais agravados em tempos excepcionais como os atuais, tornando-se mais complexos e difíceis de superar.

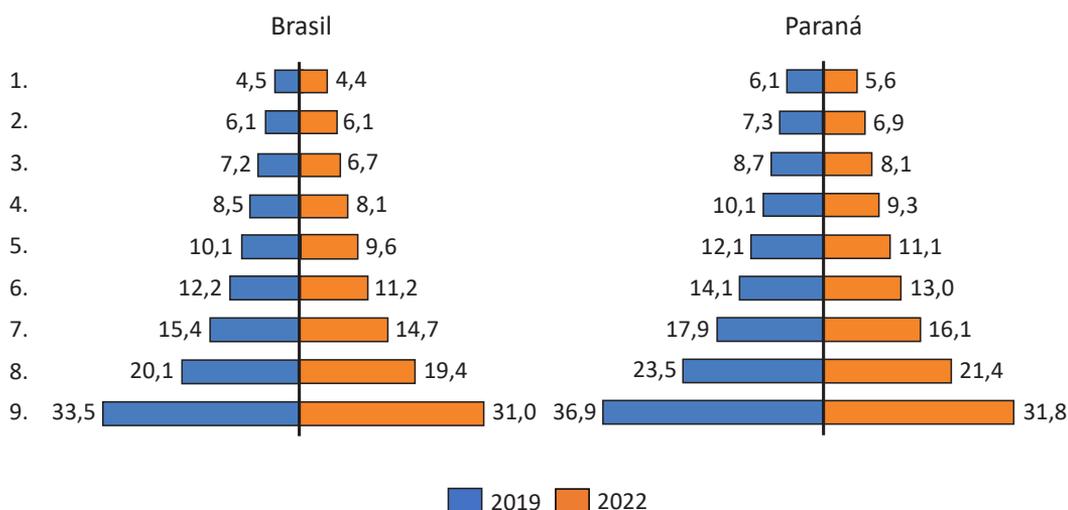
Diehl (2021) traz em seu artigo uma visão de como a desigualdade impactou ainda mais o nível de educação e os impactos que a imposição do isolamento social levou à adoção do ensino remoto na maioria das escolas, universidades e faculdades públicas e privadas no Brasil. Isso exigiu das famílias não apenas meios tecnológicos, mas também uma série de outras condições disponíveis apenas para pequenas parcelas da população. Para os trabalhadores que conseguiram permanecer empregados durante a pandemia, a impossibilidade de deixar seus filhos na escola criou um dilema de cuidado: como deixar as crianças e adolescentes em casa sob supervisão de um adulto? Para as famílias mais pobres, o dilema se tornou ainda mais cruel: como garantir a alimentação de seus filhos, que antes era garantida pelas refeições escolares?

3.1 ANÁLISE DE DADOS

Após o tratamento dos dados, a base da PNAD Contínua de 2019 contou com 213.350 observações, representando 87.251.513 de habitantes, enquanto a pesquisa de 2022 183.592 de observações representando 90.437.306 de habitantes, tendo cada respondente, portanto, um peso amostral maior do que comparado ao coletado antes da Pandemia. Nos aspectos gerais, a renda média do brasileiro por hora em 2019 foi R\$17,56, enquanto em 2022 foi de R\$16,05, representando uma queda real de cerca de 8,6%.

Como o objetivo da pesquisa é focar nos grupos das extremidades, os dados coletados foram divididos em decis, de modo que a disposição ficou da seguinte forma:

GRÁFICO 4 — Comparação entre o valor limite entre cada decil, nos anos de 2019 e 2022, separados em Brasil e Paraná



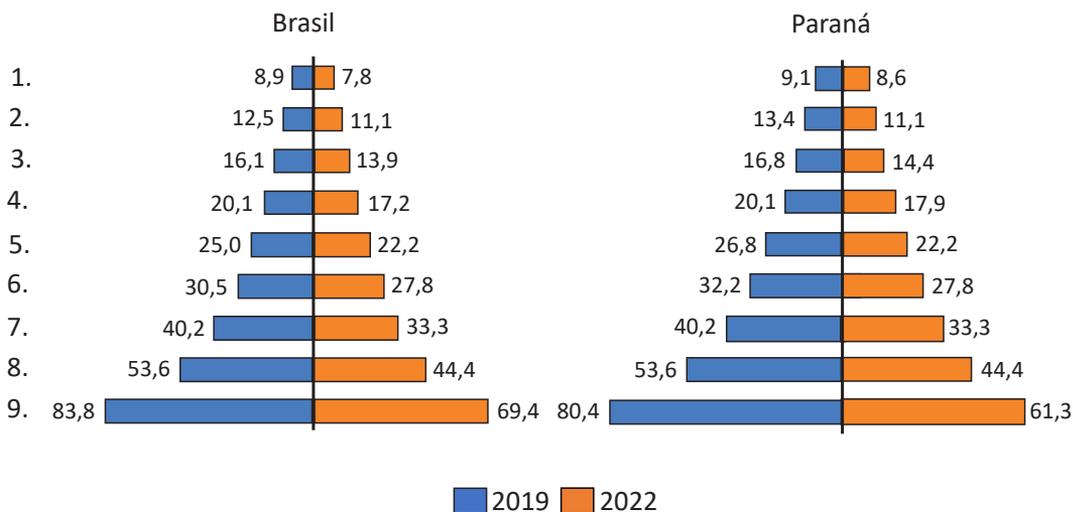
FONTE: IBGE (2023)

Os dados acima demonstram o valor limite entre cada decil, de modo que os R\$ 4,50 reais do grupo 1, por exemplo, em 2019, significam que 10% da população possui renda entre zero e R\$ 4,50, o grupo 2, dessa forma, teria uma renda entre R\$ 4,50 e R\$ 6,10, e assim por diante. Destacando o cenário brasileiro que a variação nos limites de renda entre 2019 e 2022 variou muito pouco ou sequer variou para os grupos 1 e 2, enquanto se observa uma significativa queda para os grupos 8 e 9. De maneira similar, este cenário se repete no caso paranaense, com quedas menos significativas para os decis de menor renda se comparados aos de maior renda.

Deve-se ressaltar, contudo, que apesar de terem sentido uma queda menor do que os grupos de maior renda, os decis de menores ganhos detêm uma renda mensal

muito baixa, sendo inclusive até menor do que o valor por hora do salário mínimo, de R\$ 6,00, de modo que praticamente 20% dos indivíduos observados possuem uma renda inferior a um salário mínimo no Brasil. Conjectura-se, assim, que as quedas menores para os decis mais baixos seja devido a dificuldade de ocorrer mais reduções na renda, pois já se trata de um valor muito baixo e/ou próximo do salário mínimo.

GRÁFICO 5 — Comparação entre o valor limite entre cada decil com ensino superior completo, nos anos de 2019 e 2022, separados em Brasil e Paraná

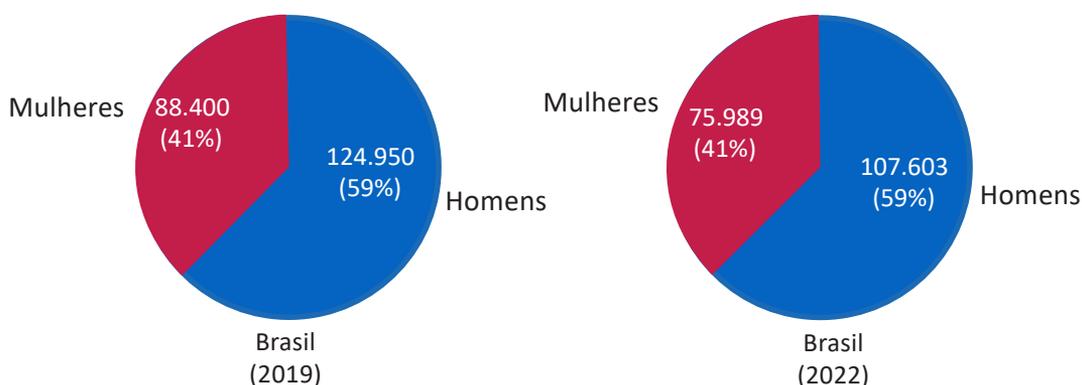


FONTE: IBGE (2023)

Realizando a mesma comparação entre os limites de cada decil, para os indivíduos com ensino superior completo, podemos observar que os decis 7, 8 e 9 apresentaram uma redução de renda significativamente mais elevada que os demais grupos, já os decis 1 e 2 apresentam as variações mais baixas, apresentando uma redução na desigualdade entre os decis, porém muito pela queda mais acentuada da renda dos decis mais elevados.

Para 2019 e 2022, algumas tendências em comum podem ser observadas. Tanto os rendimentos médios quanto os totais observados são maiores para homens do que para mulheres, confirmando as tendências trazidas por outros autores de que há mais homens do que mulheres no mercado de trabalho e ganhando mais, mesmo que as mulheres representem a maioria da população geral. Além disso, a renda dos indivíduos é diretamente correlacionada ao seu grau de estudo, pois quanto maior seu nível de escolaridade, maior a sua renda. As maiores diferenças de renda são representadas nos níveis de ensino médio completo e ensino superior completo;

GRÁFICO 6 — Proporção de homens e mulheres dentro do mercado de trabalho brasileiro, comparando os anos de 2019 e 2022



FONTE: IBGE (2023)

Além do mais, em ambos os anos, tanto para o Brasil quanto para o Paraná, a renda média real apresentou uma queda após a pandemia, que podem ser observadas na tabela abaixo:

TABELA 2 — Variação de renda por grupo entre 2019 e 2022

VARIÇÃO DE RENDA POR GRUPO ENTRE 2019 E 2022		
GRUPO	BRASIL	PARANÁ
Geral	-8,61%	-14,27%
Homem	-8,31%	-14,11%
Mulher	-9,13%	-14,39%
Fundamental incompleto	-3,10%	-8,22%
Médio incompleto	-7,97%	-10,54%
Superior incompleto	-10,01%	-15,38%
Superior completo	-15,27%	-18,34%

FONTE: IBGE (2023)

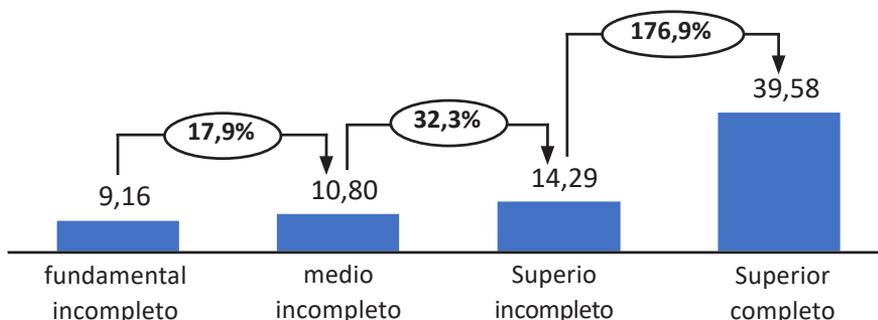
Observa-se que, de maneira geral, a variação foi mais acentuada no Paraná do que no Brasil. Enquanto as variações foram muito similares entre homens e mulheres, sendo ligeiramente maiores entre as mulheres, as diferenças foram muito mais latentes entre os níveis educacionais, já que a redução de renda em termos reais foi muito maior entre os grupos com ensino superior completo do que os indivíduos no grupo de ensino fundamental incompleto, por exemplo.

Os dados analisados vão de encontro com o que pesquisadores da área vêm apontando, como por exemplo Araujo e Vasconcelos (2017), que afirmaram que a educação é o principal fator determinante na desigualdade, algo que é claramente apontado pelos

dados. Na tabela abaixo, observa-se a renda média por grau de escolaridade e a variação de renda comparando um nível com o outro, para os anos de 2019 e 2022.

GRÁFICO 7 — Comparação do salário médio por hora no Brasil por nível de escolaridade nos anos de 2019

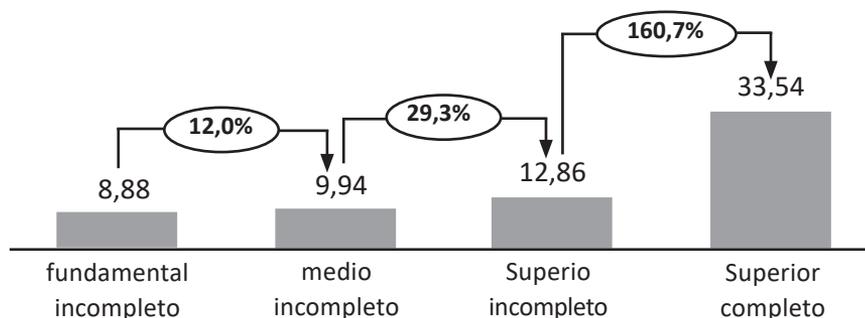
Salário médio por hora no Brasil por nível de escolaridade de 2019



FONTE: IBGE (2023)

GRÁFICO 8 — Comparação do salário médio por hora no Brasil por nível de escolaridade nos anos de 2022

Salário médio por hora no Brasil por nível de escolaridade de 2022



FONTE: IBGE (2023)

A renda média de uma pessoa com ensino superior completo é cerca de 2,5 vezes maior quando comparada ao de outra com ensino médio completo ou superior incompleto, demonstrando que o ensino possui uma fortíssima e determinante participação na composição da renda das pessoas. A diferença, por exemplo, em 2019 era de cerca de R\$25,29 por hora trabalhada entre esses grupos, uma variação de 176,91%.

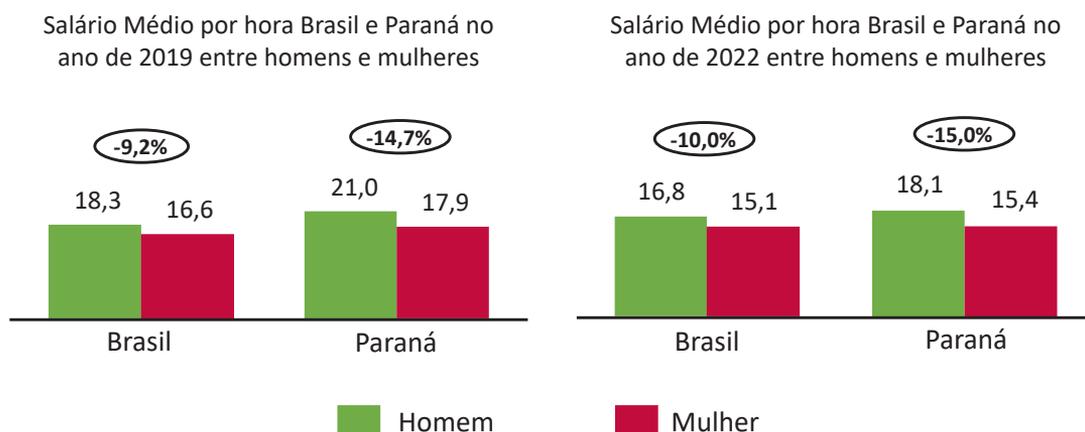
Dentro do contexto da Pandemia do COVID-19, apesar de ainda ser uma das variáveis mais impactantes na renda, a variação entre os graus de ensino apresentou uma significativa redução de 2019 para 2022. Se antes um profissional com ensino superior completo ganhava 176,91% a mais se comparado a um outro profissional de ensino

superior incompleto, em 2022 essa diferença passou para 160,74%, ou uma diferença em termos monetários de R\$20,67 por hora trabalhada. Observa-se que, quanto maior o grau de formação, maior foi a variação negativa da renda em termos reais entre os anos pré e pós-Pandemia. Enquanto a renda dos profissionais com ensino fundamental incompleto variou -8,22%, a dos profissionais com ensino superior completo variou -18,34%.

O prêmio do diploma universitário, mesmo com a redução no contexto da pandemia, continua sendo muito importante para a renda dos indivíduos. Os trabalhadores com maiores rendas, contudo, experimentaram uma maior insegurança profissional, segundo Bridi (2020), isso se deu após as reformas envolvendo o mercado de trabalho, que aumentou a informalidade e deixou os postos de trabalho mais voláteis, medidas estas que teriam contribuído para a maior variação na renda dos indivíduos com maior renda. Segundo a autora, a vulnerabilidade dos profissionais após as reformas ficou até duas vezes maior (BRIDI, 2020).

Ao levantar esses dados, não se pode deixar de recuperar as reflexões de Diehl (2021), pois, sabendo-se que a educação é um dos fatores mais importantes na composição da renda e, conforme Dalio (2019) e Piketty (2014), o fator de maior convergência de desigualdade, é notório que a imposição do regime à distância de ensino poderá trazer, ainda, graves impactos e consequências sociais, já que milhões de crianças, adolescentes e jovens ficaram praticamente dois anos inteiros nesse regime de ensino. Conforme Diehl (2021), essa realidade exigiu das famílias uma série de condições que estariam facilmente disponíveis apenas para os grupos de maior renda, impactando diretamente na qualidade de aprendizado dos membros das famílias de mais baixa renda.

GRÁFICO 9 — Salário Médio por hora Brasil e Paraná nos anos de 2019 e 2022 entre homens e mulheres



FONTE: IBGE (2023)

Observa-se, a partir dos dados coletados, que um dos fatores de desigualdade de renda é o sexo, onde o sexo feminino apresenta uma renda média menor, tanto no Brasil com diferença de cerca de 10% quanto no Paraná com diferença de cerca de 15%. Com o advento da pandemia podemos verificar que essa disparidade foi levemente acentuada o que mostra que além da renda mais baixa, as mulheres têm a renda mais sensível às variações econômicas. Essa constatação nos dados é amparada pelos estudos de Lima et al. (2021), que destacam uma maior sensibilidade de renda para as mulheres, além de terem menos acesso aos postos de trabalho, mesmo sendo maioria da população.

Realizando uma comparação entre o Brasil e o Paraná separados por sexo, podemos constatar mais uma vez que os grupos de que detem maior renda tiveram uma queda mais acentuada em comparação com os grupos de renda média menor. Assim podemos observar que a renda média dos Homens no Paraná em 2019 era 15,00% em comparação com o Brasil passou para 7,80% e nas mulheres, foi de 8,00% para 1,80%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo um dos eventos mais importantes e impactantes na história recente, a Pandemia do COVID-19 ainda exerce muita influência e suscita muitas dúvidas sobre as suas consequências na sociedade e na economia. Passados praticamente dois anos desde os momentos mais complicados da pandemia, muitos setores e postos de trabalho não retornaram ao que eram antes e, possivelmente, talvez nem retomem suas capacidades prévias. Dessa forma, torna-se de profunda importância estudar como a sociedade e seus indivíduos passaram por um dos momentos mais complicados da história humana. Ao longo do estudo, buscou-se demonstrar que a temática da desigualdade não é um assunto novo dentro das Ciências Econômicas, sendo estudada e reinterpretada inúmeras vezes ao longo das últimas décadas.

Para chegar aos dados no Paraná, foi recuperado o conceito, seus entendimentos e suas transformações pelos principais pesquisadores, abordou-se o cenário da desigualdade no mundo e depois no Brasil, para compreender os eventos e o contexto histórico antes da Pandemia do COVID-19. O principal objetivo do trabalho foi o de analisar a evolução da renda dos paranaenses, em especial a comparação entre os decis mais baixo e o mais alto. Ademais, buscou-se complementar a análise comparando os dados paranaenses com os dados brasileiros, comparar efeitos e características individuais como escolaridade e gênero para a composição da renda e realizar uma recuperação histórica sobre a desigualdade.

Ao abordar fenômenos da Pandemia do COVID-19 em consonância com os temas econômicos, é proporcionado uma plataforma para estudos interdisciplinares, permitindo a convergência de ideias e troca de conhecimento entre diferentes campos, como a saúde. Essa abordagem integrada não apenas enriquece a literatura científica, mas também promove uma compreensão mais abrangente dos eventos em foco, demonstrando assim o valor de pesquisas sobre desigualdade para a sociedade como um todo, sendo um tema que emerge no interesse coletivo devido a sua crescente relevância nos últimos anos. Seu impacto transcende os limites da Ciência Econômica, ampliando horizontes para diversas outras áreas do conhecimento, abrindo espaço para o desenvolvimento de pesquisas futuras que possam aprofundar a análise sobre os dados levantados.

Observou-se, pela análise dos dados, que a desigualdade tanto no Brasil quanto no Paraná reduziu, especialmente pela maior degradação nos níveis de renda dos indivíduos de maior renda frente aos de menor renda. Observou-se também que o nível educacional continua sendo o principal fator para o aumento de renda de um indivíduo. Apesar da redução da desigualdade, notou-se que essa convergência dos níveis de renda não foi proporcionado por políticas públicas de redistribuição do crescimento econômico, pelo contrário, os brasileiros como um todos saíram da pandemia mais pobres, em todos os extratos sociais, demonstrando que a redução da desigualdade se deu também por aumento da pobreza na sociedade.

O Paraná, frente ao Brasil, ainda é um estado cuja a renda de seus habitantes é superior à média nacional, contudo, os efeitos da pandemia foram mais fortes para os paranaenses do que para a média nacional, de modo que observou-se uma queda em maiores proporções do que no restante do Brasil. Dessa forma, observa-se que os resultados da pesquisa vão na direção contrária às hipóteses iniciais levantadas no começo do trabalho, uma vez que se esperava que a Pandemia tivesse aumentado a desigualdade e não a reduzido.

Como possíveis desdobramentos futuros, o presente trabalho pode ser continuado a partir do levantamento de mais informações para traçar comparativos entre diferentes grupos e segmentos da população paranaense, justamente para compreender quais pessoas foram mais afetadas pela pandemia. Outra possibilidade é o de realizar recortes a partir de áreas e setores específicos, comparando-os para determinar quais trabalhadores das atividades econômicas selecionadas foram os mais impactados, se os seus setores se recuperaram, cresceram ou até mesmo diminuíram no pós-pandemia.

Devido às características dos dados resgatados, especialmente em relação à proximidade do evento observado, a análise feita ao longo do trabalho não levou em consideração os possíveis efeitos e desdobramentos das políticas públicas voltadas à

transferência de renda, como o auxílio emergencial, aplicadas no período da pandemia do COVID-19. Há possibilidade que essas medidas tenham reduzido os impactos econômicos nas classes sociais mais baixas, resultando assim em uma manutenção da sua renda ao longo do período da pandemia, tal perspectiva é um ponto de interesse para pesquisas futuras, buscando compreender se há fundamento e quais as possíveis correlações com os resultados alcançados na presente pesquisa.

Este trabalho pode ser um importante ponto de partida para o desenvolvimento de novas pesquisas científicas, principalmente para estudos em outras áreas, já que ao abordar a pandemia de COVID-19, é possível fazer conexões com diferentes ramos do conhecimento e dialogá-los com as Ciências Econômicas. Dessa maneira, pode-se integrar os conhecimentos obtidos em cada campo e obter uma compreensão mais abrangente e multidisciplinar dos eventos.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, J. A.; VASCONCELOS, J. C. Desigualdade de renda salarial no Brasil no período 2001 a 2012. **Revista Econômica**, Niterói, v. 19, n. 1, p. 159-184, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/35014/20268>. Acesso em: 30 abr. 2023.
- BATISTA, H. R.; MOLLO, M. L. R. A questão da desigualdade multidimensional: discutindo a construção de um indicador. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 1-30, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/G8nyp4K6GyXzXcXsB5gX4mJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2023.
- BRIDI, M. A. A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 100, p. 141-166, 2020. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ea/a/3MfRK5yDnzN9HsMzH5bCfqD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 01 maio 2023.
- CARVALHO, A. R. D.; SOUZA, L. R. D. A evolução conceitual da desigualdade e da pobreza no pensamento econômico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 402-425, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/WryMCyMCHPCKT3Wds39dySv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 01 maio 2023.
- CATELAN, D. W. et al. Diferenças salariais e discriminação por gênero e cor nos setores agrícola e não agrícola do Brasil nos anos de 2004, 2012, 2015 e 2019. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 1, 2023. Disponível em: <https://www.revistasober.org/article/doi/10.1590/1806-9479.2021.2245>. Acesso em: 30 abr. 2023.
- CORTESE, T. T. P. et al. Desigualdade de gênero na pandemia: ODS 5 no cenário pós-covid-19. **Simetria — Revista do Tribunal de Contas do Município de São Paulo**, ano 7, n. 9, p. 193–212, 2022. Disponível em: <https://revista.tcm.sp.gov.br/simetria/article/view/118/110>. Acesso em: 01 maio 2023.
- CUNHA, M. S.; VASCONCELOS, M. R. Evolução da desigualdade na distribuição dos salários no Brasil. **Economia Aplicada**, v. 16, n. 1, p. 105-136, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/46195/49817>>. Acesso em: 30 abr. 2023.
- DALIO, R. Why and How Capitalism Needs to Be Reformed (Parts 1 & 2). **LinkedIn**, 2019. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/why-how-capitalism-needs-reformed-parts-1-2-ray-dalio/>. Acesso em: 24 set. 2023.
- DIEHL, D. A. Pandemia e desigualdades sociais. **Insurgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais**. Brasília, v. 7, n. 1, p. 303-314, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/36286/28885>. Acesso em: 01 maio 2023.
- HOFFMANN, R. Desigualdade de renda no Brasil, 1995-2019: diversas distribuições e o impacto do desemprego. **RBEST — Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, Campinas, v. 2, n. 4, p. 34-45, 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. **PNAD Contínua**: pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua 2023. Rio de Janeiro, 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. **SIDRA**: Sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://anuário.ibge.gov.br/images/aeb/2020/s7/2_pdf/s7t4201.pdf. Acesso em: 18 set. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, J. F. et al. Desigualdade de gênero e raça na pandemia: um olhar sobre mercado de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL ABET, 17., 2021, [on-line]. **Anais [...]**, 2021. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/345085.pdf>. Acesso em: 01 maio 2023.

LOPES, S.; ABBADE, R. Economia Brasileira pré, durante e pós-pandemia do Covid-19: impactos e reflexões. **Revista da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 15, n. 4, p. 12-23, 2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discuss%C3%A3o-07-Economia-Brasileira-Pr%C3%A9-Durante-e-P%C3%B3s-Pandemia.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2023.

LOZADA, G.; NUNES, K. S. **Metodologia científica**. Porto Alegre: Grupo A, 2019.

MATOS, W. J. S. et al. Pobreza multidimensional no período 2016-2019: perfil, evolução temporal, relação entre suas dimensões e discrepâncias regionais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 16, n. 1, p. 1-28, 2022. Disponível em: <https://revistaaber.org.br/rberu/article/view/589/368>. Acesso em: 02 maio 2023.

MATTOS, F. A. M. D. Porque é importante discutir desigualdade. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 42, n. 78, p. 242-275, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/69859/43924>. Acesso em: 01 maio 2023.

MIEBACH, A. D.; MARQUETTI, A. A. Distribuição funcional da renda na economia brasileira entre 1947 e 2019. **Nova Economia**, v. 32, n. 3, p. 585-615, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/G6JtYFZHRjzPqJktDyXgxD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 abr. 2023.

PEREIRA, T. Na pandemia, enquanto 99% perderam renda, surgiram 573 novos bilionários. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 23 maio 2022. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/na-pandemia-enquanto-99-perderam-renda-surgiram-573-novos-bilionarios/>. Acesso em: 10 maio 2023.

PIKETTY, T. **Capital e ideologia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RENZI, A. et al. Crescimento econômico nos municípios do Paraná-Brasil: uma análise com econometria espacial. **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**, n. 61, p. 151-167, 2022. Disponível em: <https://www.review-rper.com/index.php/rper/article/view/537>. Acesso em: 29 out. 2023.

RIBEIRO, E. C. B. A.; ALMEIDA, E. S. Convergência local de renda no Brasil. **Economia Aplicada**, v. 16, n. 3, p. 399-420, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/53103/57165>. Acesso em: 30 abr. 2023.

RIBEIRO, L. L.; GOMES, J. W. F. Corrupção e pobreza nos municípios brasileiros. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 52, n. 1, p. 67-86, abr. 2022. Disponível em: <https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/2194/1348>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS —SEBRAE. Pequenos negócios em números. **Sebrae**, 07 jun. 2018. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM100004c00210aRCRD>. Acesso em: 17 out. 2022.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS — SEBRAE. **Boletim Observatório MPE (Micro e Pequena Empresa)**. São Paulo: SEBRAE, 2020. Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/boletim-observatorio-mpedetalhe59,a7de8d63b1152710VgnVCM1000004c00210aRCRD. Acesso em: 20 abr. 2022.

SILVA, M. L.; SILVA, R. A. Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do covid-19: impactos e reflexões. **Universidade Federal de Santa Maria**, 19 jun. 2020. Disponível em: https://www.osecovid19.cloud.ufsm.br/media/documents/2021/03/29/Textos_para_Discuss%C3%A3o_07_-_Economia_Brasileira_Pr%C3%A9_Durante_e_P%C3%B3s-Pandemia.pdf. Acesso em: 17 out. 2022.

SPOSATI, A. O. Covid-19 revela a desigualdade de condições da vida dos brasileiros. **Revista NAU Social**, v. 11, n. 20, p. 101-103, maio/out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/36533/21016>. Acesso em: 01 maio 2023.